

Desobedecer Pela Língua: A Insurgência Linguística em *O Som do Rugido da Onça*, de Micheline Verunsch

*Disobeying Through Language:
The Linguistic Insurgency in The
Sound of The Jaguar's Roar, by
Micheline Verunsch*

Profa. Ma. Auricélia Moreira Leite
Profa. Dra. Moama Marques

Recebido em: 31 de julho de 2025
Aceito em: 26 de agosto de 2025

Profa. Ma. Auricélia Moreira Leite
Professora de Língua Portuguesa da
rede estadual da Paraíba. Doutoranda
em Letras pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras (PPGL/
UFPB), com realização de Doutorado
Sanduíche no Exterior (PDSE) na
Universidade de Buenos Aires
(2026). Mestre em Linguística pelo
PROLING/UFPB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8796-8668>
Contato: celialeite.educ@gmail.com

Profa. Dra. Moama Marques
Professora no Departamento de
Letras (DL/UFPB), vinculada ao
Programa de Pós-Graduação em
Letras (PPGL/UFPB). Doutora
e Mestra em Literatura. Líder do
Grupo de Pesquisa Laboratório de
Estudos de Poesia e integrante do
Grupo Feminismos e Decolonialidade.
Editora da Revista Ártemis.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3569-1601>
Contato: moamalorena@gmail.com

Palavras chave: Micheliny Verunsch; Desobediência Linguística; Bilinguajamento; Híbridação; Resistência.

Keywords: Micheliny Verunsch; Linguistic Disobedience; Bilingualing; Hybridity; Resistance.

Resumo: Neste artigo analisamos o romance *O som do rugido da onça* (2021), de Micheliny Verunsch, destacando as inovações linguísticas elaboradas pela autora como estratégia para desestabilizar o discurso hegemônico sobre fatos históricos do Brasil. Ao narrar o sequestro de crianças indígenas por cientistas europeus, Verunsch introduz elementos de línguas indígenas à narrativa em língua portuguesa, adotando uma perspectiva não eurocêntrica. A análise baseia-se, principalmente, nas reflexões de Gloria Anzaldúa (2009), segundo a qual a língua precisa corresponder a um modo de viver, e de Walter Mignolo (2003), com o conceito de bilinguajamento. Para ambos, a língua não se limita a um elemento de identidade coletiva atrelado a um território geográfico, sendo também um instrumento de desobediência ao projeto colonial. Assim, buscamos analisar como a obra de Verunsch, ao ficcionalizar um fato histórico sob uma perspectiva não eurocêntrica, utiliza a linguagem como ferramenta de desestabilização das estruturas de poder.

Abstract: In this article, we analyze the novel *O som do rugido da onça* (2021), by Micheliny Verunsch, highlighting the linguistic innovations developed by the author as a strategy to destabilize hegemonic discourse surrounding historical events in Brazil. By narrating the abduction of Indigenous children by European scientists, Verunsch introduces elements of Indigenous languages into a Portuguese-language narrative, adopting a non-Eurocentric perspective. The analysis is primarily based on the reflections of Gloria Anzaldúa (2009), according to whom language must correspond to a way of living, and Walter Mignolo (2003), through the concept of bilingualing. For both authors, language is not limited to an element of collective identity tied to a geographical territory, but also functions as an instrument of disobedience to the colonial project. Thus, we examine how Verunsch's work, by fictionalizing a historical event from a non-Eurocentric perspective, employs language as a tool to destabilize structures of power.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vencedor do Prêmio Jabuti, em 2022, na categoria de melhor romance, *O som do rugido da onça*, da escritora pernambucana Micheliny Verunschky, nos convida a uma leitura que possibilita repensar os dilemas dos povos indígenas — e, portanto, os dilemas do Brasil — para além de uma razão moderna. A obra de Verunschky ficcionaliza, de forma lírica e potente, o sequestro de crianças e adolescentes indígenas das etnias Juri e Miranha, no século XIX, pelos cientistas europeus Martius e Spix. Estes, ao desconsiderarem a violência de retirar as crianças indígenas de seus locais de origem e ignorando o risco de morte devido à falta de imunidade diversas doenças até então desconhecidas pelos nativos, tinham o propósito de exibi-las na Europa como exemplares do que seria a vida selvagem no Brasil. Após uma longa viagem, as duas crianças desembarcam na Europa, mas falecem poucos meses depois, evidenciando a desvalorização da vida indígena em favor de um conhecimento científico eurocêntrico.

Dividida em dois períodos históricos, a narrativa também acompanha a inquietação de Josefa, uma mulher do Norte do Brasil que migra para São Paulo, enfrentando as tensões¹ políticas do Brasil de 2018. Ao se deparar com a ilustração de uma menina da etnia Miranha em um museu da cidade, Josefa sente-se conectada a ela, reconhecendo-se na mesma perda de identidade e de origem que carrega consigo.

1 2018 foi o ano do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e da eleição de Jair Bolsonaro, líder da extrema direita no Brasil, como presidente da república.

Com o intuito de reposicionar o lugar de enunciação, Verunschik adota a perspectiva que acompanha o percurso de Iñe-e, uma das crianças indígenas, buscando escrever uma nova história, diferente daquela que foi registrada pelos pesquisadores Martius e Spix no século XIX. Essa abordagem artística e política da autora está em consonância com a tradição contemporânea de escritoras que contestam a historiografia androcêntrica a partir de uma *poiesis* feminina e feminista, pois “quem não tem a palavra está morto” (Verunschik, 2021, p. 27).

Em consonância com o reposicionamento do lugar de enunciação, Verunschik elabora a linguagem artística em seu romance de modo a desestabilizar a língua oficial, promovendo uma ruptura com o discurso hegemônico e uma mescla de materialidades linguísticas entre o português e as línguas indígenas. Essa subversão linguística funciona como mais uma forma de enfrentamento às imposições coloniais, que utilizaram a língua como ferramenta de opressão e controle.

Verunschik tem sido uma das mais relevantes escritoras contemporâneas a explorar o potencial das misturas linguísticas presentes no território brasileiro, a partir da compreensão de que há um abismo entre a língua oficial e as línguas vividas. Narrar a história sob uma nova perspectiva, utilizando uma espécie de hibridismo linguístico, tem se configurado como o cerne do projeto estético da autora. A recente publicação de *Depois do Trovão*, outra obra que refaz o percurso de um fato histórico brasileiro, a Guerra dos Bárbaros ou a Grande Guerra, contada a partir da experiência do filho de um jesuíta com uma indígena, também apresenta uma linguagem repleta de termos de diversas etnias

indígenas presentes no Nordeste do país. Este é o terceiro livro da autora que compõe uma tetralogia, denominada por ela como *tetralogia do mato*, o que nos leva a pensar em uma *língua do mato*, ou seja, uma língua que se afasta daquela dos grandes centros, entendida como língua oficial de um povo, presente nas instituições hegemônicas de origem eurocêntrica.

Essa reflexão sobre uma *língua do mato*, marcada pela ruptura com a norma instituída, encontra ressonância em outras experiências de resistência linguística, como a proposta por Gloria Anzaldúa (2009) e Walter Mignolo (2003).

A escritora Gloria Anzaldúa, nascida em uma região fronteira entre México e Estados Unidos, reivindica, em seu livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987), a inserção do *Spanglish*, língua híbrida, no campo cultural e linguístico-literário. O ensaio *Cómo domar una lengua salvaje* presente na obra citada, descreve a experiência de Anzaldúa ao conviver com a exclusão, o julgamento e a fragmentação da identidade devido à tensão entre as línguas espanhola e inglesa, além dos dialetos resultantes dessa hibridação. O cenário torna-se ainda mais hostil, segundo a autora, quando se avaliam os discursos das minorias, sobretudo de mulheres, de mestiços, de homossexuais e de pessoas *queer*, historicamente marginalizadas e silenciadas. Com a publicação dessa obra, Anzaldúa busca promover a legitimação da língua chicana, entendendo que apenas ela, a partir de suas peculiaridades, pode identificar aqueles sujeitos fronteiriços, além de evidenciar a resistência de línguas que fogem ao padrão colonizador.

Já Mignolo (2003), na obra *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, discorre acerca dos elos entre língua,

literatura e nação, destacando quão problemática é essa relação. Para ele, perpetuar a noção de que a literatura representa a identidade de toda uma nação, por meio de uma língua oficial e inalterada, reforça a ideia de que cada país tem apenas uma história a ser contada: aquela criada para representar a parcela de maior prestígio social. Nesse sentido, é urgente, segundo o autor, que esses elos se desfaçam e que a literatura possa abarcar as múltiplas faces de um povo, com suas peculiaridades, linguagens e culturas. Para isso, ele propõe *contaminar* a língua oficial através do linguajamento/bilinguajamento — conceito que será discutido posteriormente — a fim de provocar áreas de tensão.

A partir dessas referências, temos como objetivo analisar o romance *O som do Rugido da Onça*, da pernambucana Micheline Verunschik, com o intuito de entender como a obra explora a escrita caracterizada pela mistura de materialidades linguísticas. Também, como essa hibridação pode configurar uma desobediência ao sujeito e ao projeto coloniais, dotados de privilégios, poder e centralidade histórica e cultural nas produções literárias, contribuindo para o rompimento do silenciamento de sujeitos marginalizados, especialmente aqueles de países colonizados.

HIBRIDAÇÃO E LINGUAJAMENTO/BILINGUAJAMENTO: ESTRATÉGIAS DE RETOMADA DA NARRATIVA

O controle e o apagamento linguísticos estiveram intrinsecamente ligados à dominação colonial. A imposição da língua do colonizador foi uma das formas mais eficazes de subjugação cultural, espiritual e identitária das

populações colonizadas. Nesse sentido, ao serem forçadas a adotar a língua do colonizador, essas populações não tinham apenas suas línguas nativas silenciadas, mas todo um imaginário coletivo, com seus modos de pensar e existir, também sendo atacados. Dentro do projeto colonial, a perspectiva adotada a partir desses eventos passa a ser a do opressor.

Nesse sentido, ao compreendermos que a língua foi e ainda é um elemento central no processo de dominação e de construção de um ideal nacional, o teórico jamaicano Stuart Hall (1999), em *Identidades culturais na pós-modernidade*, descreve e analisa a crise vivenciada pelo homem moderno, denominada por ele como “crise de identidade”. Ao desenvolver sua análise, Hall descreve como se constitui a identidade cultural e critica a homogeneização dessas representações identitárias, pois, segundo ele, esse processo implica necessariamente a anulação de traços distintivos que compõem as origens da própria nação. Para o teórico, a busca por uma identidade nacional leva à unificação dos seus membros, ainda que profundamente diferentes entre si, por ser resultado de uma “conquista que subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (Hall, 1999, p. 60).

Amplamente utilizado nas Américas, esse processo de apagamento linguístico resultou na repressão e/ou extinção de diversas línguas indígenas, desestruturando os sistemas culturais dos povos originários. A língua torna-se, portanto, um instrumento de controle que possibilita a reconfiguração dos significados de mundo a partir de uma perspectiva eurocêntrica, desestabilizando as formas de vê-lo e de interpretá-lo.

Rebelar-se contra essa imposição linguística, no entanto, pode ser uma das formas mais profundas de resistência. Ao desestabilizar a língua do colonizador, seja por meio da adaptação criativa, da reapropriação ou do trânsito entre línguas, as populações colonizadas conseguem borrar as fronteiras e corroer, por dentro, a autoridade do colonizador. Essa rebelião, que muitas vezes ocorre nas margens da gramática normativa e da sintaxe convencional, reconfigura o uso da língua para expressar aquilo que reflete a cultura, a subjetividade e o espírito de um povo que resiste ao apagamento linguístico e desafia os paradigmas ocidentais.

Gloria Anzaldúa (2009), em seu texto *Como domar uma língua selvagem*, menciona a fala irritada de seu dentista sobre a incapacidade de controlar sua língua durante um procedimento. A partir desse episódio, a autora inicia um jogo em torno da palavra “língua”, que ora diz respeito ao órgão do corpo humano, ora ao idioma, estabelecendo uma conexão entre os dois sentidos. “O dentista está limpando minhas raízes” (Anzaldúa, 2009, p. 305) escreve ela, conduzindo o leitor a refletir sobre as múltiplas camadas metafóricas embutidas nessa afirmação.

Mulher de cor, de origem indígena e nascida em uma região do Texas próxima à fronteira com o México, Anzaldúa relata as dificuldades enfrentadas na infância, especialmente durante o período escolar, no qual, com frequência, sofria castigos físicos e assédio ao se comunicar em espanhol, estando num território americano. Ignorava-se o fato de que, mesmo estando geograficamente em um estado anglófono, as raízes daquele povo estavam fincadas em outra cultura: uma cultura fronteiriça. No entanto, havia sempre

alguém *limpando as raízes*, promovendo a tradição do silenciamento entre os chicanos, sobretudo entre as mulheres.

Como resultado de uma história de dupla colonização (espanhola e estadunidense), Anzaldúa esclarece que foi necessário criar uma nova língua, diferente tanto do espanhol quanto do inglês padrão, que fosse capaz de representar um modo de vida único, partilhado apenas por aqueles indivíduos que dividem a fronteira: “Nós precisávamos de uma língua com a qual pudéssemos nos comunicar uns com os outros, uma língua secreta.” (Anzaldúa, 2009, p. 307). Mesmo dentro da ampla comunidade chicana, ainda há subdivisões linguísticas em que a língua pode variar a depender da faixa etária, do tipo de relação entre os interlocutores ou do contexto em que estão inseridos, tornando-se, por vezes, ininteligíveis para outros grupos de chicanos. Entre essas variações, Anzaldúa cita o *pachuco*, o espanhol chicano texano, o *pocho*, o *spanglish*, entre outras. Por isso, os povos dessa região que se recusam a — ou não conseguem — aderir ao espanhol ou ao inglês padrão são frequentemente vistos como traidores pelos mexicanos e deficientes linguísticos pelos estadunidenses.

O texto de Anzaldúa é uma espécie de manifesto a favor de uma língua híbrida que possa ser usada livremente tanto em contextos orais quanto escritos, sem que haja qualquer tipo de repressão ou terrorismo linguístico:

Até que eu possa aceitar como legítimas o espanhol chicano texano, o *Tex-Mex* e todas as outras línguas que falo, eu não posso aceitar a minha própria legitimidade. Até que eu esteja livre para escrever de maneira bilíngue e permutar idiomas sem ter sempre que traduzir, enquanto eu ainda tiver que falar inglês ou espanhol quando preferiria

falar *Spanglish*, e enquanto eu tiver que me acomodar aos falantes de inglês ao invés de eles se acomodarem a mim, minha língua será ilegítima. (Anzaldúa, 2009, p. 312)

Nas palavras de Anzaldúa (2009), evidencia-se a urgência de se defender a identidade linguística vinculada à identidade étnica, e não apenas à dimensão geográfica, pois a língua é capaz de preservar modos de existência, visões de mundo e formas de se relacionar com o tempo, com o outro e com o próprio território, o que não ocorre quando reduzimos a identidade a uma localização territorial. “Somos a sinergia de duas culturas com várias gradações de mexicanidade e de anglicidade”(Anzaldúa, 2009, p. 316). Ao ignorar esses fatores, incorre-se em um epistemicídio², comprometendo memórias coletivas e diversidades culturais. Defender essas línguas híbridas é, portanto, proteger os corpos e seus saberes ancestrais.

“Eu vou ter minha língua de serpente — minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio” (Anzaldúa, 2009, p. 312). É com essa afirmação que Anzaldúa convoca todos os chicanos a não se intimidarem diante das tentativas de apagamento linguístico impostas pela cultura dominante norte-americana. Em outro texto, *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, inserido no livro *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*, Anzaldúa (2021) convoca as mulheres escritoras de países do Sul Global a

2 Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), epistemicídio diz respeito à destruição de conhecimentos dos povos do Sul Global em detrimento de uma ciência europeia que se desenvolveu como a única capaz de explicar a realidade do mundo, fenômeno resultante do colonialismo.

produzirem seus textos a despeito das adversidades que lhes são impostas, sobretudo as mulheres negras, indígenas, lésbicas e mães solas, destacando sempre a questão da língua:

Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar a nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. (Anzaldúa, 2021, p. 45)

Cultivar a *língua de fogo* é o que Anzaldúa (2021) propõe para desequilibrar, ou até mesmo romper, os estereótipos que os homens brancos alimentam a respeito das mulheres dos países em desenvolvimento. Ela destaca, ainda, que se “joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso” (Anzaldúa, 2021, 61) em clara menção à transgressão da língua, bem como da forma, para evocar realidades pessoais e sociais.

Outro autor relevante para a discussão é Walter Mignolo (2003), com o seu *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, publicado no Brasil pela Editora UFMG, em 2003. Na terceira parte do livro, Mignolo (2003) discorre sobre a relação entre língua, literatura e nação, destacando essas instâncias como centrais para a consolidação e manutenção da colonialidade do poder e do saber. Segundo o autor, a ideia de nação é construída a partir de narrativas hegemônicas implantadas no imaginário coletivo por meio de instituições e instrumentos coloniais, não sendo, portanto, uma noção natural ou neutra. Nas palavras do autor,

“nação é uma versão particular da história local. É uma versão poderosa, pois foi implantada no imaginário do sistema mundial colonial/moderno e exportada além de suas fronteiras” (Mignolo, 2003, p. 317).

Para Mignolo (2003), a literatura, além da escola e da mídia, é um dos principais instrumentos utilizados para implantar uma versão de nação. Quando escrita nas línguas coloniais, ela constitui um meio de difusão e consolidação da identidade e de um “espírito nacional”, capaz de alinhar valores europeus e alimentar uma lógica de pertencimento ocidental. Nesse sentido, manter os elos entre língua, literatura e nação impede que outras formas de ver, narrar e significar a realidade ganhem espaço. Outras versões de nação permanecem ocultas enquanto esses elos não são desfeitos.

O pensador argentino defende, portanto, *contaminar* as línguas coloniais a partir do que ele chama de bilinguajamento, ou seja, pensar e escrever entre as línguas, como forma de insurgência contra essas estruturas dominantes. Vale salientar que o bilinguajamento não busca apenas misturar dois ou mais códigos linguísticos diferentes, mas denunciar e subverter a assimetria entre línguas. É um modo de resistir às hierarquizações que inferiorizam os idiomas dos povos colonizados e naturalizam a supremacia das línguas coloniais. Assim, essa estratégia não se restringe ao aspecto gramatical, mas, sobretudo, ao político e epistêmico.

Outro fator importante destacado por ele é o atual e intenso fluxo migratório, no qual o intercâmbio cultural e as dinâmicas globais colocam em xeque a noção tradicional de nação e, conseqüentemente, as concepções de identidade linguística e cultural. Sendo assim, o linguajamento/

bilinguajamento, para além de um conceito, torna-se uma prática de negociação simbólica e de disputa narrativa.

Portanto, ao contestar a pureza da língua, bem como os mitos fundadores da nação e ao estimular a escrita híbrida entre minorias, como o fazem Mignolo e Anzaldúa, respectivamente, desafiam-se as bases do sistema-mundo moderno/colonial. Ambos os autores nos convidam a romper com modelos fixos de identidade e de linguagem e a imaginar outras formas de narrar, baseadas não na homogeneidade imposta, mas na diversidade insurgente. *Contaminar* e/ou *incendiar* a língua do colonizador, nesse sentido, é dar margem a novas formas de saber e dizer que se articulam a partir dos deslocamentos de fronteiras.

A seguir, analisaremos como a autora Micheline Verunschik incorpora a insurgência linguística em seu romance *O som do rugido da onça* e como a hibridação e o linguajamento, descritos por Anzaldúa e Mignolo, podem ser identificados como projeto estético e literário da escritora.

DESOBEDIÊNCIA E INSURGÊNCIA EM *O SOM DO RUGIDO DA ONÇA*

Sob o pretexto de incluir e civilizar os povos indígenas, o Marquês de Pombal, por meio do Diretório dos índios, em 1757, determinou que, a partir de então, a única língua permitida no território nacional seria o português, excluindo, portanto, o Guarani, conhecido como língua geral, e as demais línguas indígenas. Tal medida visava à obtenção de obediência e exercer controle sobre esses povos, tendo em vista que a manutenção

da língua geral constituía um meio de resistência à dominação e de permanência e transmissão de valores e laços culturais contrários aos da Coroa portuguesa.

No entanto, esse processo não ocorreu sem resistência. Alguns estudiosos³ desse período relatam fugas de indígenas das vilas, baixa adesão e/ou frequência às escolas e a manutenção da língua nativa na vida íntima cotidiana dos povos originários. Porém, após anos de investidas coloniais e do agenciamento estratégico de lideranças indígenas, o português, tanto falado quanto escrito, gradualmente passou a ganhar espaço, tornando-se não apenas uma ferramenta de comunicação, mas também de reinvenção do imaginário coletivo indígena.

A respeito da imposição da língua portuguesa e do apagamento cultural sofrido pelos povos indígenas no Brasil, a poeta e pesquisadora do povo Makuxi, Trudruá Dorrico (2025) desenvolve a obra *Tempo de Retomada*. Por meio de uma linguagem poética e, ao mesmo tempo, crítica, a autora convoca todos os parentes e aliados para o processo de retomada de territórios físicos, culturais e afetivos que lhes foram negados ao longo dos anos de colonização.

A publicação da obra de Dorrico materializa uma postura que vem sendo assumida por diversas lideranças e personalidades indígenas, de norte a sul

3 Algumas obras importantes descrevem o processo de introdução da língua portuguesa por meio do Diretório Pombalino, como, por exemplo, o livro “Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina” (2024), de autoria do professor Francisco Jorge dos Santos. Além desse, citamos também “A educação dos meninos índios do norte do Brasil na segunda metade do século XVIII” (1995), de Ângela Domingues.

do país, que lutam pelo reconhecimento de direitos, pela preservação da natureza e pelo resgate de uma cultura tradicional que expressa o modo de vida de seus povos. Fundamentado em uma relação que contraria o modelo ocidental individualista e industrial, esse modo de vida está diretamente relacionado ao cuidado com a terra, à ancestralidade e à transmissão de saberes e memórias coletivas. A publicação da obra de Dorrico torna-se, portanto, parte do movimento de afirmação desses valores.

Nessa mesma direção, ainda que não pertença a nenhuma etnia indígena, a escritora Micheliny Verunschck também se propõe, na condição de aliada da causa indígena, a revisitar o passado brasileiro, tensionando narrativas hegemônicas e contribuindo para a valorização de outras formas de conhecimento. Historiadora de formação, ela tem se debruçado, em sua produção literária, sobre episódios históricos tradicionalmente narrados a partir de uma perspectiva eurocentrada, transformando-os em matéria criativa para seus romances, agora sob uma perspectiva que privilegia o ponto de vista dos colonizados.

Resultado de intensa pesquisa sobre mitos, relatos e vocabulário dos povos Miranha, Nhengatu, Yanomami, Juri, Tukano, entre outros, o romance *O som do rugido da onça*, além de resgatar um episódio de extrema violência sofrido por crianças indígenas levadas forçadamente à Europa pelos cientistas Martius e Spix, no século XIX, também registra a transcrição dessas culturas no universo literário. Nesse processo criativo de transcrição, Verunschck recorre a artifícios linguísticos especialmente relevantes para esta análise, como a escolha cuidadosa da linguagem em consonância com

o foco narrativo adotado e a aproximação com a oralidade característica dos povos indígenas.

Em um primeiro momento, analisaremos as escolhas linguísticas realizadas por Verunschik na elaboração do romance citado, a fim de identificar como esta autora reelabora a língua, introduzindo termos das línguas indígenas no português. Amparadas pelos textos de Anzaldúa (2009) e Mignolo (2003), entendemos esse recurso como uma forma de desobediência e insurgência, realizada por meio de uma linguagem que expressa um modo de vida particular, em oposição aos valores ocidentais e utilitaristas.

Majoritariamente narrado em terceira pessoa, o romance apresenta o ponto de vista de um narrador que testemunha todo o percurso de Iñe-e, desde o nascimento, passando por sua morte, na Europa, até o reencontro com a onça em um plano espiritual. Sem seguir a ordem cronológica dos fatos, a obra começa com a descrição do mar, por ocasião da viagem até Portugal, seguida de um breve aviso ao leitor sobre a perspectiva a partir da qual a história de Iñe-e será contada. O narrador esclarece que a voz que narra os acontecimentos não é a voz de Iñe-e, já que ela não pode mais falar. E, por isso, emprestam-se a voz e a língua à menina como único meio disponível de narrar essa história, mesmo que, para tanto, seja preciso usar a língua portuguesa, língua “áspera e perfurante” (Verunschik, 2021, p. 15).

No entanto, o narrador afirma que, mesmo diante da imposição linguística do português, ao utilizá-lo, ao seu modo, é possível feri-lo. Desse modo, o narrador justifica que “se há uma recusa em usar a palavra taxidermia e

se escolhe usar a palavra desencantamento, há teimosia nisso. E pode ter certeza de que Iñe-e aprovaria esse recurso”. (Verunschck, 2021, p. 15).

Ao priorizar a palavra *desencantamento* em vez de *taxidermia*, o narrador revela ao leitor a valorização da cosmovisão indígena, na qual o oposto da vida seria o desencanto, entendido como a incapacidade de criar e de estabelecer conexões. Por outro lado, *taxidermia* tem origem em duas palavras gregas que denotam *arranjo* e *pele*, e diz respeito à técnica de preservar animais mortos e exibí-los tal como se estivessem vivos. Tal prática é inconcebível para as culturas indígenas, que preza pelo convívio harmônico com os animais e a natureza viva. Ao fazer essa justificativa, o narrador chama a atenção do leitor para o fato de estar à disposição para contar a história sob uma perspectiva bem definida: a das vítimas, respeitando, dentro dos limites impostos pela própria língua, a cosmovisão indígena.

Já nesse primeiro contato entre o leitor e o narrador, fica evidente que a autora tem consciência das disputas narrativas que moldaram o imaginário coletivo dos brasileiros acerca da formação do país e que se posiciona como aliada no esforço de repovoar esse imaginário a partir de outra perspectiva. A intenção de desestabilizar as estruturas de poder por meio da linguagem já é anunciada pelo narrador nas primeiras páginas do livro.

Se em lugar de rio, ela falar muaai ou até *fluss*, pode se tratar de uma admoestação a respeito do que lhe fizeram. Para contar esta história, Iñe-e adverte que não é possível ser tolerante. Ademais, usa-se essa voz e essa língua porque é com ela que se faz possível ferir melhor. É possível envenená-la, zarabatana, como fazem os guerreiros do povo miranha com o curare preparado com o suor

e sangue de suas mulheres. É possível incendiá-la, curare quente e amargo. E de todo modo, como já disse, é possível usá-la como quiser. (Verunsch, 2021, p. 15)

O curare, veneno utilizado pelos povos indígenas da América do Sul em contextos de caça ou de batalha, é aqui tomado como arma simbólica, capaz de ferir os discursos dominantes. Verunsch utiliza a linguagem como uma arma de vingança e sabe que a melhor maneira de fazer isso é ser livre para manipulá-la como quiser, sem apego ou reverência às formas tradicionais da língua portuguesa. E é exatamente isso que ocorre na narrativa, especialmente quando o foco narrativo se volta para Iñe-e. O narrador parece conhecer a língua e as tradições dessa etnia e, misturados à língua portuguesa, os termos de origem indígena vão emergindo nas linhas:

Quando a menina completou sete anos, o avô decidiu levá-la às festas de Yurupari, o Dono das Frutas, quando meninos e meninas são colocados diante de Esawámina, para talvez serem escolhidos em uma missão de grande responsabilidade. (Verunsch, 2021, p. 19)

Sem maiores explicações, a narrativa torna-se um espaço livre para a inserção de termos caros à manutenção dessa cosmovisão. A voz narrativa vai ao encontro ao que Anzaldúa (2021) defende em seus textos ao afirmar que é preciso ser livre para escrever, sem o medo do terrorismo linguístico. Essa liberdade, além de romper com a expectativa de explicações, também afirma um gesto de resistência ao epistemicídio. A escolha de Verunsch de não adicionar glossário ou notas de rodapé às palavras “Yurupari” e

“Esawámina” é entendida aqui como um mecanismo que oportuniza ao leitor experimentar outro universo simbólico e tensionar o português padrão.

É importante destacar que a obra apresenta múltiplos focos narrativos e, para cada um deles, o narrador adota uma linguagem distinta. Ao narrar os acontecimentos que envolvem Iñe-e ou a onça mítica, a linguagem se mostra alinhada aos costumes e tradições indígenas. Porém, quando o foco narrativo se volta aos naturalistas Martius e Spix, ou mesmo para Josefa, outra personagem de origem indígena, mas afastada das tradições do seu povo desde criança, a linguagem utilizada pelo narrador parece se alinhar ao português padrão. Essa variação na forma de se inscrever no mundo, respeitada pelo narrador, aponta para uma ruptura com a versão oficial da história local, acolhendo a proposta de Mignolo (2003). Ao dar espaço a outras línguas e epistemologias, além da ocidental, a obra realiza o que o autor denomina bilinguajamento, configurando uma estratégia focada em reorientar e disputar narrativas a partir da escrita. Trata-se de abrir espaço para outras lógicas de pensamento e de linguagem, que reafirmem outras maneiras, também legítimas, de produzir e compartilhar conhecimentos.

Ainda segundo Mignolo (2003), a literatura não deve ser reduzida a um objeto de estudo estético ou gramatical, mas reconhecida como uma fonte legítima de conhecimento humano. A partir dessa perspectiva, recorreremos ao poema “De que chuva você está falando?”, da poeta Makuxi Trudruá Dorrico, para reforçar a ideia do uso estratégico da língua portuguesa pelos povos indígenas como forma de defesa, mas cientes de que ela não dá conta de toda a história. Em um dos trechos do *Tempo de retomada*, o eu lírico afirma:

Os mais velhos dizem que o português é uma língua emprestada
que nos serve muito pouco.
Criada em lugar diferente do nosso,
só devemos proferi-la para não ser enganados por eles.
Eles são os que falam a língua portuguesa,
Essa *gíria* que falsifica nossas verdades.
[...]
(Dorrigo, 2025, p. 33)

O poema de Dorrigo desmantela a noção naturalizada de que existe uma unidade linguística nacional. A língua imposta é apresentada como um empréstimo, algo externo; que não dá conta de traduzir as experiências dos povos originários. Logo, outros sistemas linguísticos, marginalizados pela lógica colonial, devem ser acionados para que se possam narrar de maneira democrática as múltiplas perspectivas.

A crítica formulada por Dorrigo a respeito da língua portuguesa como elemento externo e insuficiente para expressar as vivências de um povo ecoa na escrita de Verunschik, que tensiona o idioma do colonizador por meio de estratégias narrativas e recursos linguísticos. Um dos maiores tensionamentos linguísticos da obra de Verunschik ocorre na parte I do terceiro capítulo, durante o primeiro encontro entre a onça Tipai uu e Iñe-e, na aldeia em que ela morava antes de ser levada à Europa pelos cientistas. Em uma prosa muito próxima da linguagem poética, a onça conversa com Iñe-e, passagem em que podemos testemunhar mais uma

ruptura que torna a escrita da autora tão representativa do bilinguajamento (Mignolo, 2003):

Vai chegar um tempo de que tu seja caça, Iñe-e. E onça não nasce pra ser caça, tu é pequena, mas tu sabe disso porque estou cá contando isso pra tu. Onça é dona da mata, não é bicho que se assa no moquém. Quando tu precisar, me chama e eu chegarei, quente, vinda pelo cheiro do teu suor, e te pego e te levo pra longe do que te amofina. Tu há de me chamar no escuro dentro de tu, me chamando assim *Tai-tipai uu*, repetindo assim *Tai-tipai uu, eu-Onça Grande*. Tu me convoca e eu venho em todas as pelagens, venho na pelagem de estrela, Suaçurana, eu venho. Venho na pelagem de onça-pintada, na pelagem de onça-branca, na pelagem de onça-parda, na pelagem de onça-preta. Venho Jaguaretê, eu venho. Niguciê-do-senjo, eu venho. Acanjaruna, eu venho. Ianovare, eu venho. [...] Tipai uu, eu venho. Venho e te dou o que é teu por direito, tua roupa de onça. (Verunsch, 2021, p. 124)

O trecho destaca-se não apenas pela riqueza poética, mas também pela forma como a oralidade é explorada a fim de transmitir um discurso conectado às tradições e às culturas indígenas. Para além do trabalho de pesquisa sobre as várias espécies de onças da fauna brasileira, o trecho evoca uma atmosfera mística, estabelecendo uma conexão entre as personagens que ultrapassa a lógica eurocêntrica moderna. Há uma descolonização na forma de narrar.

As escolhas linguísticas da autora e as construções decorrentes dessas escolhas revelam uma fusão entre o português e elementos da língua e da cosmologia indígenas, promovendo, ao leitor, uma experiência sensorial e espiritual. Além disso, as repetições de “eu venho/venho em todas as pelagens”

funcionam quase como um mantra ou refrão, agregando força ao texto e aludindo ao poder místico da onça. Esta, aqui, é mais do que um animal: é um símbolo de poder, de ancestralidade e de proteção.

No entanto, segundo a tradição miranha, a onça, apesar de respeitada, era entendida como um sinal de maldição, fato que despertou o desprezo do pai de Iñe-e por ela, ao saber que a menina havia sido *onçada*. Na ocasião da chegada dos pesquisadores europeus ao território miranha, o pai de Iñe-e, que, em um de seus contatos com os brancos, fora rebatizado como João Manoel, negociou a troca de mercadorias, ferramentas e armas por órfãos de seus inimigos. Durante a negociação, Iñe-e foi oferecida como presente a Martius pelo próprio pai, contrariando o desejo da mãe e do avô da menina.

Já durante a viagem, Iñe-e perde a capacidade de comunicação tanto com a onça mítica que a protegia quanto com os seres humanos a bordo do navio, em razão da diversidade de idiomas falados pelos demais, fossem eles indígenas ou não:

Sem falar o nhengatu ou o português, apenas as línguas que aprenderam com suas mães, só conseguiam falar entre si as crianças pertencentes ao mesmo povo, de modo que nenhuma delas falava com os homens ou poderia compreendê-los para além dos gestos irritados com que eram tangidas. Iñe-e e um menino do povo júri não tinham com quem falar. (Verunschik, 2021, p. 28)

Somado à apropriação forçada dos corpos, o silenciamento é mais uma forma de violência imposta às crianças indígenas, inseridas, desde pequenas, em uma cultura da palavra, da escuta e da oralidade. No contexto de

subtração, o silenciamento atinge seu mais alto nível de concretude, pois não se trata apenas de uma tentativa de apagamento de narrativas, mas o completo fechamento do indivíduo em si mesmo, impedindo que este encontre meios de significar a própria experiência. A linguagem, responsável pela mediação com o outro, rompe-se, instaurando uma espécie de exílio interior, um fechamento existencial.

A importância da palavra para os miranha é expressa pelo narrador no seguinte trecho:

Quando o velho avô, no centro da maloca, reunia os mais novos para que escutassem os ensinamentos, ele sempre começava dizendo o quanto a palavra era importante para o povo. Sem palavra não poderíamos ser gente. Nosso povo recebeu a palavra de vida do criador, e isso nos diferencia dos bichos. A dos bichos é outra palavra. Quem não tem palavra está morto, foi assim que Iñe-e e os outros aprenderam. Os mais velhos mascavam a palavra nas folhas de hiibii, a coca, e os mais jovens esperavam que chegasse a sua vez de mascá-la e receber a linguagem do sumo das folhas. Porém, para Iñe-e, o certo é que esse tempo não chegaria. (Verunschck, 2021, p. 27)

Mignolo (2003) menciona o fenômeno da transculturação, motivado pelos processos migratórios, especialmente nas zonas fronteiriças, como um fator que desencadeia “o plurilinguajamento e a multiculturação e a crescente necessidade de conceitualizar as línguas, os processos de escrita e leitura; e as literaturas transnacionais e transimperiais” (Mignolo, 2003, 301). Na ficção, com base no trecho acima, essa complexa dinâmica evidencia o impedimento imposto a Iñe-e de produzir, minimamente, qualquer conhecimento capaz de

impactar o processo de transculturação. Em contrapartida, a produção literária de Verunschik consolida a transculturação nos termos propostos por Mignolo (2003), ao promover a contaminação do local de enunciação. Sua escrita emerge como uma forma de restituição da palavra à menina miranha, respeitando os limites éticos e linguísticos que se apresentam e estabelecendo um diálogo entre culturas capaz de reconfigurar tanto a linguagem quanto o modo de narrar.

O som do rugido da onça é o primeiro título — o segundo foi *Caminhando com os mortos* (2023), seguido de *Depois do trovão* (2025) — de uma tetralogia, ainda em construção, que Verunschik pretende produzir, denominada por ela de *tetralogia do mato*. Segundo a autora, em entrevista concedida a Marcos Colón, do AmazoniaCast⁴, a trilogia (até o momento) busca pensar o Brasil a partir desses lugares de violências fundantes do país. A violência colonial no primeiro livro; a violência pelo viés da intolerância religiosa no segundo; e, por último, a violência como males de origem que estão na fundação do Brasil (Verunschik, 2023).

Ao desenvolver sua *tetralogia do mato*, que ressoa como uma busca pelas origens de um povo anterior aos efeitos devastadores do colonialismo, Verunschik elabora um projeto estético a partir de um trabalho cuidadoso com a linguagem. A essa elaboração chamamos *língua do mato*, ou seja, uma forma de expressão que, impossibilitada de romper completamente com a língua do colonizador, busca contaminá-la a todo instante.

4 Colón Marcos. *Micheline Verunschik e a literatura como ponte entre mundos*. Flórida: Amazônia Latitude – LatitudeCast, 11 dez. 2023. Podcast. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/12/11/micheline-verunschik-literatura-entrevista-podcast>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Dessa forma, podemos identificar que a obra de Verunschck, ao utilizar uma linguagem fronteira entre o português e termos indígenas, subverte e ultrapassa as fronteiras da língua e da cultura dominantes, permitindo que as vozes marginalizadas se expressem livremente, reivindicando sua própria narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta incursão, buscamos analisar como a escritora brasileira Micheline Verunschck, em seu romance *O som do rugido da onça* (2021), elabora inovações linguísticas e narrativas como estratégia para desestabilizar o discurso hegemônico e a língua do colonizador. A introdução de costumes, tradições e expressões próprias das línguas indígenas na narrativa em língua portuguesa provoca no leitor, a necessidade de imergir em uma perspectiva de leitura não eurocêntrica.

Nosso objetivo foi compreender como Verunschck utiliza a linguagem como ferramenta de desestabilização das estruturas de poder. Para tanto, fundamentamos nossa análise nos conceitos de hibridação, desenvolvido pela professora, escritora e feminista Gloria Anzaldúa (2009), e de linguajamento/bilinguajamento, proposto pelo pensador argentino Walter Mignolo (2003). Esses conceitos dialogam ao evidenciar que a língua não deve estar limitada a um elemento de identidade coletiva, associado exclusivamente ao território geográfico. Para além disso, a língua deve corresponder a um modo de viver, sendo capaz de abarcar a complexidade da existência de uma comunidade, a despeito do que impõe a língua oficial a esses sujeitos.

A hibridação e o bilinguajamento configuram, portanto, investidas linguísticas, tanto na escrita quanto na oralidade, voltadas à contaminação da língua do colonizador. Nesse sentido, observamos como Verunschik se apropria dessa estratégia na elaboração do texto literário e quais efeitos essa escolha produz em seu projeto estético, intitulado por nós como *língua do mato*: uma língua que desafia as convenções da escrita normativa e se afasta da linguagem dos grandes centros, presente nas instituições hegemônicas de origem eurocêntrica.

A partir das discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho, podemos concluir que Verunschik promove uma dupla investida contra as estruturas de poder: a primeira diz respeito ao próprio foco narrativo, que, nesta obra, passa a ser o dos colonizados; a segunda refere-se à contaminação da língua do colonizador, operada por meio da hibridação e do bilinguajamento, propostos por Anzaldúa (2009) e Mignolo (2003), respectivamente.

Como desdobramento para pesquisas futuras, consideramos promissor o delineamento da *língua do mato* na, até então, trilogia de Verunschik, o que pode contribuir significativamente para os estudos de crítica literária voltados à produção contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anzaldúa, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: Anzaldúa, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A bolha editora, 2021.
- Anzaldúa, Gloria. Como domar uma língua selvagem. Tradução: Joana P. P.; Karla S.; Viviane V. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: difusão da língua portuguesa*. Niterói, n. 39, p. 305-318, 2º sem. 2009.

Dorrigo, Trudruá. *Tempo de retomada*. São Paulo: Urutau, 2023.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

Mignolo, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento preliminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2010.

Verunschck, Micheliny. *O som do rugido da onça*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Verunschck, Micheliny. *Caminhando com os mortos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Verunschck, Micheliny. *Depois do trovão*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

PODCAST

Colón, Marcos. *Micheliny Verunschck e a literatura como ponte entre mundos*. Flórida: Amazônia Latitude-LatitudeCast, 11 dez. 2023. Podcast. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/12/11/micheliny-verunschck-literatura-entrevista-podcast>. Acesso em: 22 jul. 2025.